



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$09

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa à assinatura do *Diário do Governo* e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódicos que trocam com o mesmo *Diário*.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 24\$
A 1. ^a série . . .	11\$
A 2. ^a série . . .	9\$
A 3. ^a série . . .	7\$
Avulso: Número de 2 pag., \$05; de mais do 2 pag., \$03 por cada 2 pag. ou fração	
Semestre	12\$50
	6\$00
	5\$00
	3\$50

O preço dos anúncios é de \$24 a linha, acrescido de \$01,50 de sêlo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Decreto n.º 6:148, designando o dia 16 de Novembro de 1919 para a realização das eleições de procuradores à Junta Geral pelo concelho de Alter do Chão e de vereadores da Câmara Municipal do mesmo concelho.

Rectificação à data da lei n.º 889, inserta no *Diário do Governo* n.º 191, de 20 de Setembro de 1919.

Ministério da Marinha:

Decreto n.º 6:149, criando o curso para cabo artilheiro na Escola Prática de Artilharia Naval.

Rectificação à verba n.º 46 da tabela das verbas anexa ao decreto n.º 5:703, de 10 de Maio de 1919 (Organização geral dos serviços dos departamentos marítimos, capitanias dos portos e respectivas delegações do continente da República e das ilhas adjacentes), rectificado no *Diário do Governo* n.º 116, de 18 de Junho do mesmo ano.

Ministério da Instrução Pública:

Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6:118, regulando a forma de distribuição da verba de 1:000.000\$, com aplicação a construções escolares.

Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 6:145, de 1 de Outubro de 1919, que regulou a forma de nomeação dos reitores dos liceus.

Ministério do Trabalho:

Portaria n.º 2:012, autorizando o Hospital de Santo Agostinho de Vila Nova de Ourém, a contrair um empréstimo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 6:148

Não se tendo realizado no dia fixado as eleições de procuradores à Junta Geral pelo concelho de Alter do Chão e de vereadores da Câmara Municipal do mesmo concelho: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior e no uso da facultade que me confere o n.º 3.^a do artigo 47.^a da Constituição Política da República Portuguesa, designar o dia 16 de Novembro próximo para a realização das mencionadas eleições.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 4 de Outubro de 1919.—João do CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Alfredo Ernesto de Sá Cardoso.

Para os devidos efeitos se declara que a lei n.º 889, inserta no *Diário do Governo* n.º 191, 1.^a série, de 20 de Setembro findo, tem a data de 20 e não de 24 do referido mês, como se publicou.

Secretaria Geral do Ministério do Interior, 1 de Outubro de 1919.—O Secretario Geral, interino, José da Silva Fiadeiro.

MINISTÉRIO DA MARINHA

2.^a Direcção Geral

1.^a Repartição

Decreto n.º 6:149

Considerando a necessidade de restabelecer a normalidade nas promoções da brigada de artilharia, prejudicada durante a guerra pelas necessidades do serviço, e não sendo possível habilitar os primeiros artilheiros com o curso complementar estabelecido pelo decreto de 19 de Outubro de 1901, em vista de ser este curso actualmente frequentado pelos cabos artilheiros promovidos durante a guerra ao abrigo dos decretos n.º 2:444, de 14 de Julho de 1916, e n.º 3:735, de 5 de Janeiro de 1918, mas não convindo renovar a doutrina destes decretos, por ser indispensável que os primeiros artilheiros se habitem convenientemente para a promoção a cabos, e considerando ainda que a experiência tem mostrado os inconvenientes dum curso complementar de artilharia, comum para cabos e sargentos: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar o seguinte:

Artigo 1.^a É criado o curso para cabo artilheiro da Escola Prática de Artilharia Naval, sem prejuízo dos cursos elementar e complementar criados pelo decreto de 19 de Outubro de 1901.

§ único. O curso complementar passa a designar-se: «curso para sargentos artilheiros».

Art. 2.^a O curso para cabo artilheiro terá a duração de cinco meses na Escola, seguidos de um mês de tirocinio prático na Direcção do Material de Guerra.

Art. 3.^a A matrícula no curso para cabo artilheiro é voluntária, mediante as seguintes condições:

1.^a Ser primeiro artilheiro com mais de dois anos nesta classe.

2.^a Ser de 1.^a ou 2.^a classe de comportamento.

3.^a Saber ler e escrever correctamente e efectuar as quatro operações sobre inteiros.

Art. 4.^a Quando a 2.^a Direcção Geral da Marinha deliberar, em vista das necessidades do serviço, a abertura de um novo curso para cabos mandará apresentar na escola, em dias previamente designados por esta, os primeiros artilheiros mais antigos que satisfaçam às duas primeiras condições do artigo anterior, a fim de, em

grupos sucessivos de 10, ali se apurar quais os que satisfazem à 3.^a condição.

Art. 5.^o Dos primeiros artilheiros apurados, nos termos do artigo anterior, são matriculados no curso para cabo os mais antigos até perfazerm o número estipulado pela 2.^a Direcção Geral de Marinha, conforme as necessidades do serviço, o qual não deverá, porém, exceder 50.

§ único. Os restantes primeiros artilheiros serão chamados em primeiro lugar para o curso seguinte sem necessidade de novo apuramento.

Art. 6.^o Os primeiros artilheiros não admitidos à matrícula no curso para cabo e os que desistam de o freqüentar podem ser mandados apresentar ao apuramento para um dos cursos seguintes, quando assim o requeiram e satisfaçam às duas primeiras condições do artigo 3.^o

Art. 7.^o Os primeiros artilheiros que satisfaçam às três primeiras condições do artigo 3.^o e a quem competisse entrar num curso para cabo, mas que sejam disso inibidos por se acharem embarcados fora da metrópole ou por outro motivo de serviço, concorrerão ao curso que se forme depois de ter cessado o seu impedimento.

§ único. Obtendo aprovação no exame final irão tomar na escala de antiguidades o lugar que lhes competia se tivessem sido classificados no curso que deixaram de freqüentar por motivo de serviço.

Art. 8.^o A instrução que deve ser ministrada aos alunos do curso para cabos compreende, conforme os programas anexos:

- a) Material de artilharia e exercícios respectivos; serviço de cabo artilheiro;
- b) Serviço de instrutor;
- c) Aritmética e sistema-métrico;
- d) Serviços gerais de cabo;
- e) Apuramento de caligrafia e ortografia;
- f) Deveres militares e cívicos.

§ único. Sendo os alunos em número superior a vinte, podem ser divididos em duas turmas, quando isso convenha à instrução.

Art. 9.^o Os alunos farão o maior número possível de visitas aos navios de guerra, acompanhados pelo oficial instrutor, ou no seu impedimento por um sargento, aproveitando as possíveis ocasiões de assistir às desmontagens de material.

Art. 10.^o Os alunos que baixem à terceira classe de comportamento e aqueles que mostrem falta de aplicação são excluídos do curso, desembarcando da Escola, e só podem voltar a matricular-se passados dois anos, quando satisfaçam novamente as condições do artigo 3.^o

Art. 11.^o Os alunos que perderem mais de vinte dias consecutivos de instrução ou quarenta não consecutivos, por motivo de doença ou outros motivos justificados, são excluídos do curso, podendo matricular-se no curso seguinte caso estejam na 1.^a ou 2.^a classe de comportamento.

§ 1.^o Obtendo aprovação no exame final do curso, vão tomar na escala de antiguidades o lugar que lhes competiria se tivessem sido classificados no curso que deixaram de freqüentar.

§ 2.^o Os alunos excluídos por este artigo de dois cursos consecutivos só podem voltar a matricular-se passados dois anos, quando estejam nas condições do artigo 3.^o, não se lhes aplicando a doutrina do § 1.^o

Art. 12.^o A classificação final do curso, segundo a qual será feita a promoção a cabo artilheiro, tem como base a valorização no exame final, e em igualdade desta a antiguidade na escala dos primeiros artilheiros.

Art. 13.^o Os alunos reprovados podem voltar a matricular-se noutro curso, quando satisfaçam às condições do artigo 3.^o

§ único. Os alunos reprovados pela segunda vez ficam inibidos de nova matrícula.

Art. 14.^o Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Governo da República, 4 de Outubro de 1919.—João do CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha.

Programa do curso para cabo artilheiro

Material de artilharia:

Revisão do programa do curso elementar.

Montagem e desmontagem de todo o material existente na Escola.

Conhecimento de todo o material em serviço na armada, da disposição dos paóis dos navios de guerra e do funcionamento dos seus monta-cargas.

Conhecimento de todos os projectéis, cargas e artifícios em serviço na armada.

Prática de carregamento de cartuchos e projectéis. Arrumação de paóis.

Prática de exercícios de artilharia.

Conhecimento detalhado dos deveres dos serventes em todas as peças e dos encarregados dos paóis e monta-cargas.

Conhecimentos detalhados sobre conservação e limpeza do material.

Preparação da artilharia para combate.

Aritmética:

Operações sobre inteiros, decimais e complexos.

Sistema métrico decimal.

Problemas simples de aplicação.

Geometria:

Noções sobre linhas e superfícies. Posições relativas de linhas e planos.

Ângulos, polígonos, circunferência e sólidos mais vulgares.

Áreas do rectângulo e quadrado.

Volumes do paralelipípedo e cubo.

Serviços de cabo:

Conhecimento dos deveres regulamentares dos cabos no desempenho dos serviços que lhes competem.

Paços do Governo da República, 4 de Outubro de 1919.—O Ministro da Marinha, Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha.

4.ª Direcção Geral

2.ª Repartição

2.ª Secção

Rectificação

Tendo-se reconhecido que a verba n.º 46 da tabela das verbas anexa ao decreto n.º 5703, de 10 de Maio de 1919, saiu com inexactidões no Diário do Governo n.º 116, 1.^a série, de 18 de Junho último, novamente se publica a citada verba, cuja verdadeira redacção é a seguinte:

Verba n.º 46 — Licença para estabelecer depósitos ou viveiros na área da jurisdição marítima:

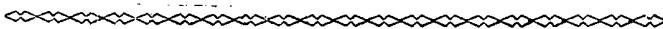
Em terrenos particulares. Gratis
Em terrenos do Estado:

De moluscos e peixes:

Até 10 metros quadrados e por ano civil . . .	3\$50
Por cada metro a mais.	\$03
Ao empregado que fizer a medição	\$50

De crustáceos:

Por cada metro cúbico de depósito fixo ou flutuante e por ano civil \$20
 Ao empregado que fizer a medição \$50
 4.ª Direcção Geral de Marinha, 4 de Outubro de 1919.—O Director Geral, *Pedro Berquó*, contra-almirante.

**MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA****Repartição das Construções Escolares**

Per ter saído com inexactidão o decreto n.º 6:118, de 20 de Setembro de 1919, e mapas n.ºs 1 e 2 que do mesmo decreto fazem parte, novamente se publica o seguinte:

Decreto n.º 6:118

Tendo-se realizado com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 1:000.000\$, segunda prestação do empréstimo de 5:000.000\$, a que o Governo foi autorizado pelo decreto n.º 4:642, de 14 de Julho de 1918, com aplicação a construções escolares:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Que daquela verba de 1:000.000\$ seja distraída a importância de 150.000\$ com destino às novas instalações do Instituto do Professorado Primário e às adaptações que necessitam as actuais instalações do mesmo Instituto.

Art. 2.º Que seja reservada desta segunda prestação de 1:000.000\$ a importância de 18.000\$, para reforçar as verbas discriminadas no artigo 1.º do decreto n.º 6:042,

de 21 de Agosto último, sendo: para honorários a pessoal supranumerário contratado para a Repartição das Construções Escolares, 10.200\$; ajudas de custo, calculadas para mais de um ano a todo o pessoal da mesma Repartição, 5.500\$; expediente da respectiva secretaria, livros, telefone e assinatura do *Diário do Governo*, para mais um ano, 2.300\$.

Art. 3.º Que sejam concedidos subsídios na importância de 735.100\$ e 83.408\$, respectivamente destinados a novas construções e a conclusões de vários edifícios escolares, conforme os mapas n.ºs 1 e 2, que vão apensos a este decreto e assinados pelo Ministro da Instrução Pública.

Art. 4.º Que o saldo de 13.492\$ que resulta da dita segunda prestação, depois de atendidas as disposições dos artigos anteriores, seja sómente aplicado à conclusão de edifícios já começados com subsídios concedidos anteriormente.

Art. 5.º Que a Repartição das Construções Escolares proceda à elaboração dos projectos e orçamentos das novas construções a realizar com os subsídios já concedidos, a fim de se conhecer da sua suficiência para se levarem a termo as construções a que se destinam, e promover o seu início imediato.

Art. 6.º Que a mesma Repartição quando, em vista dos projectos e orçamentos, reconheça serem insuficientes os subsídios concedidos promova o expediente necessário para que sejam reforçadas essas dotações, de forma a ficar garantida a conclusão da obra, e quando os reconheça excessivos promova a devolução do excedente ao fundo das Construções Escolares.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 Setembro de 1919.—*João do CANTO e CASTRO SILVA*
ANTUNES — Joaquim José de Oliveira.

Mapa n.º 1**Subsídios destinados à construção de novos edifícios escolares**

Distritos	Concelhos	Freguesias	Localidades	Subsídios concedidos	Corporações ou entidades subsidiadas
Aveiro	Feira	Lever	-	5.000\$00	
Beja	Beja	S. João Baptista	-	8.000\$00	Idem.
"	Serpa	Ficalho	-	2.800\$00	Idem.
"	Vidigueira	Selmes	-	1.500\$00	Idem.
Braga	Amares	Goães	-	3.000\$00	Idem.
"	Barcelos	Barcelos	-	14.000\$00	Idem.
"	"	Balugães	-	3.000\$00	Idem.
"	Braga	S. Lázaro	-	15.000\$00	Idem.
"	"	Tenões	-	4.000\$00	Idem.
"	"	S. Martinho do Dume	-	6.000\$00	Idem.
"	"	S. Paio de Pousada	-	5.000\$00	Idem.
"	Esposende	Apúlia	-	5.000\$00	Idem.
"	"	S. Cláudio dos Curvos	-	2.800\$00	Idem.
"	"	S. Bartolomeu do Mar	-	3.000\$00	Idem.
"	"	S. Miguel das Marinhas	Igreja	6.000\$00	Idem.
"	Póvoa de Lanhoso	Lanhoso	Outeiro	6.000\$00	Idem.
"	"	Sobradelo da Goma	-	4.000\$00	Idem.
"	"	Fonte Arcada	-	1.000\$00	Idem.
"	Fafe	Serafão	-	5.000\$00	Idem.
"	Terras do Bouro	Vilar de Veiga	-	8.000\$00	Idem.
"	Vila Verde	Vila Verde	-	4.000\$00	Idem.
"	"	Ateães	-	5.000\$00	Idem.
"	"	Dossãos	-	2.500\$00	Idem.
"	"	Geme	-	5.000\$00	Idem.
"	"	Goães	-	3.000\$00	Idem.
"	"	Marrancos	-	6.000\$00	Idem.
"	"	Nevogilde	-	5.000\$00	Idem.
"	"	Pico de S. Paio	-	5.000\$00	Idem.
"	"	Prado	-	3.000\$00	Idem.
"	"	Rio Mau	-	4.000\$00	Idem.
"	"	Servães	-	5.000\$00	Idem.

Distritos	Concelhos	Freguesias	Localidades	Subsídios concedidos	Corporações ou entidades subsidiadas
Braga	Vila Verde	Turiz	—	3.000\$00	Junta de Freguesia.
"	"	Valdreu	—	3.000\$00	Idem.
Bragança	Bragança	Caria	—	8.000\$00	Câmara Municipal.
Castelo Branco	Belmonte	Silvares	—	5.000\$00	Idem.
"	"	Pomares	—	5.000\$00	Idem.
Coimbra	Arganil	Pombeiro	—	5.000\$00	Idem.
"	"	Pocariça	—	5.000\$00	Comissão de habitantes.
"	Cantanhede	Souzelas	—	12.000\$00	Junta de Freguesia.
"	"	"	Marmeira	6.000\$00	Idem.
Évora	Penela	Espinhal	—	10.000\$00	Idem.
Faro	Redondo	"	—	8.000\$00	Câmara Municipal.
Guarda	Castro Marim	Açôres	—	10.000\$00	Idem.
"	Monchique	Figueiró da Granja	—	12.000\$00	Junta de Freguesia.
"	Celorico da Beira	Avelar	—	4.000\$00	Câmara Municipal.
"	Fornos de Algodres	Carcavelos	Paredes	5.000\$00	Junta de Freguesia.
Leiria	Ancião	"	—	5.000\$00	Câmara Municipal.
"	"	"	Livramento	3.000\$00	Junta de Freguesia.
"	Castanheira de Pera	"	"	8.000\$00	Câmara Municipal.
"	Figueiró dos Vinhos	"	Várias Escolas	80.000\$00	Junta de Freguesia e Comissão de habitantes.
"	Leiria	Loures	—	15.000\$00	Câmara Municipal.
Lisboa	Cascais	Rio de Mouro	Paiões	8.000\$00	Idem.
"	"	Sobral do Monte Agraço	Pero Negro	4.500\$00	Cantina Escolar Marquês de Pombal.
"	"	Sobral de Monte Agraço	"	8.000\$00	—
"	"	Sapataria	"	8.000\$00	—
Portalegre	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	"	10.000\$00	Câmara Municipal.
Pórtio	Nisa	Amieira	—	5.000\$00	Junta de Freguesia.
"	Amarante	Amarante	—	25.000\$00	Câmara Municipal.
"	Felgueiras	Vila Cova da Lixa	—	4.000\$00	Junta de Freguesia.
"	Marco de Canaveses	Soalhães	—	3.000\$00	Idem.
"	Matozinhos	Lavra	—	8.000\$00	Idem.
"	"	Perafita	—	6.000\$00	Idem.
"	Penafiel	Abragão	—	5.000\$00	Idem.
"	Santo Tirso	Rebordões	—	2.000\$00	Idem.
Santarém	Abrantes	Alvega	—	800\$00	Idem.
"	"	Aldeia do Mato	—	700\$00	Idem.
"	"	S. Miguel do Rio Torto	—	1.500\$00	Associação Industrial.
"	Alcanena	Casais Galegos	—	4.000\$00	Câmara Municipal.
"	Cartaxo	Cartaxo	—	12.000\$00	Idem.
"	"	Casal do Ouro	—	4.000\$00	Idem.
"	"	Vale da Pinta	—	4.000\$00	Idem.
"	Ferreira do Zêzere	Areias	Pereiro	4.000\$00	Junta de Freguesia.
"	"	Igreja Nova	—	8.000\$00	Idem.
Viana do Castelo	Tomar	Olalhais	—	6.000\$00	Idem.
"	Viana do Castelo	Alvarães	—	3.000\$00	—
"	Ponte da Barca	Ponte da Barca	—	8.000\$00	Câmara Municipal.
"	Ponte do Lima	Ponte do Lima	—	12.000\$00	Idem.
"	"	Arcozelos	—	3.000\$00	Junta de Freguesia.
"	"	Fornelos	—	3.000\$00	Idem.
"	"	Refojos do Lima	—	5.000\$00	Idem.
"	"	S. Julião do Freixo	—	4.000\$00	Câmara Municipal.
"	Valença do Minho	Valença do Minho	—	12.000\$00	Idem.
Vila Real	Mesão Frio	Barqueiros	—	8.000\$00	Junta de Freguesia.
"	Peso da Régua	Peso da Régua	—	8.000\$00	Câmara Municipal.
"	Santa Marta de Penaguião	Medrões	—	6.000\$00	Junta de Freguesia.
"	Vila Rial	Vila Rial	—	20.000\$00	Câmara Municipal.
Viseu	Armamar	Armamar	—	5.000\$00	Idem.
"	"	S. Cosmado	—	4.000\$00	Idem.
"	"	Fontelo	—	4.000\$00	Idem.
"	Mangualde	Abrunhosa-a-Velha	—	10.000\$00	Junta de Freguesia.
"	"	Mesquitel	—	5.000\$00	Idem.
"	Moimenta da Beira	Moimenta da Beira	—	10.000\$00	Câmara Municipal.
"	"	Leonil	—	8.000\$00	Junta de Freguesia.
"	"	Peva	—	5.000\$00	Câmara Municipal.
"	Mortágua	Marmeira	—	4.000\$00	Idem.
"	Oliveira de Frades	Souto de Lafões	—	4.000\$00	Junta de Freguesia.
"	S. Pedro do Sul	S. Pedro do Sul	—	6.000\$00	Câmara Municipal.
"	Tabuaço	Tabuaço	—	6.000\$00	Idem.
"	Tareuca	Tarouca	—	6.000\$00	Idem.
				735.100\$00	

Mapa n.º 2

Subsídios destinados à conclusão de edifícios escolares

Distritos	Concelhos	Freguesias	Localidades	Subsídios concedidos	Corporações ou entidades subsidiadas
Aveiro	Arouca	Alvarenga	-	6.700\$00	Junta de freguesia.
"	Feira	Fidões	-	1.000\$00	Idem.
"	"	Gião	-	1.000\$00	Idem.
Beja	Barrancos	Barrancos	-	3.000\$00	Idem.
"	Cuba	S. Luís de Faro	-	300\$00	Idem.
"	Vidigueira	Vila de Frades	-	5.000\$00	Idem.
Braga	Amares	Vilela	-	1.000\$00	Idem.
"	Barcelos	S. Pedro do Alvito	-	1.000\$00	Idem.
"	Braga	Frossos	Igreja	1.200\$00	Idem.
"	"	S. João do Souto	-	1.000\$00	Idem.
"	Vila Verde	S. Miguel de Cabreiros	-	500\$00	Idem.
"	"	Duas Igrejas	-	2.500\$00	Idem.
Castelo Branco	Sertã	Vila do Prado	-	1.500\$00	Idem.
"	Penamacor	Sernache do Bomjardim	-	1.000\$00	Idem.
Coimbra	Góis	Bordeiro	-	6.000\$00	Câmara Municipal.
"	Penacova	Lorvão	Rebordosa	4.000\$00	Idem.
"	Tábua	Candosa	-	3.500\$00	Junta de freguesia.
Guarda	Celorico da Beira	Lagiosa	-	2.000\$00	Idem.
"	"	Santa Maria	-	3.000\$00	Câmara Municipal.
"	Guarda	Valhelhas	-	1.000\$00	Idem.
"	Sabugal	Aldeia Velha	-	250\$00	Junta de freguesia.
"	"	Lagiosa	-	5.000\$00	Câmara Municipal.
"	"	S. Tiago da Guarda	-	1.000\$00	Junta de freguesia.
Leiria	Ancião	-	-	1.000\$00	Idem.
"	Peniche	Sarilhos Pequenos	-	3.000\$00	Câmara Municipal.
Lisboa	Moita	Tôrres Vedras	-	5.000\$00	Idem.
"	Tôrres Vedras	Rio de Moinhos	-	7.000\$00	Idem.
Pôrto	Penafiel	-	-	1.500\$00	Junta de freguesia.
Santarém	Ferreira do Zêzere	Areias	-	958\$00	Idem.
"	"	Olaia	Barroca	3.000\$00	Idem.
"	Tôrres Novas	Pontével	-	1.000\$00	Idem.
"	Cartaxo	Outeiro da Cortiçada	-	3.000\$00	Idem.
"	Rio Maior	Rossio ao Sul do Tejo	-	1.500\$00	Idem.
"	Abrantes	-	-	2.000\$00	Idem.
				83.408\$00	

Paços do Governo da República, 20 de Setembro de 1919.—O Ministro da Instrução Pública, Joaquim José de Oliveira.

Direcção Geral do Ensino Secundário

1.º Repartição

Por ter saído com inexactidões novamente se publica o seguinte decreto:

Decreto n.º 6:145

Considerando a urgência de regulamentar, na parte respeitante aos liceus, o artigo 1.º da lei n.º 861, de 27 de Agosto de 1919, porquanto se impõe a necessidade de se determinarem as condições em que, ao abrigo dessa lei, têm sido e hão-de ser nomeados os respectivos reitores;

Considerando que, para bem do ensino e progresso dos institutos secundários oficiais, convém garantir aos reitores a estabilidade bastante que lhes permita executarem conscientiosamente o seu plano de administração; mas

Considerando também a conveniência de se facilitarem todas as iniciativas úteis e progressivas e portanto a vantagem de se renovar criteriosamente a direcção desses estabelecimentos, de forma a afastar deles o perigo possível de uma estabilização improdutiva ou duma acção unilateral; e

Considerando que o desempenho do lugar de reitor representa, não uma sinecura ou pousio de condenáveis interesses ou vaidades, mas, quando bem desempenhado, o dispêndio de energias que, como tais, carecem de ser renovadas ao fim de certo tempo;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do ar-

tigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, o seguinte:

Artigo 1.º Os cargos de reitores dos liceus são de nomeação do Governo pelo período de seis anos, que pode ser prorrogado até doze anos o máximo.

§ único. Aos reitores nomeados ao abrigo do disposto na lei n.º 261, de 27 de Agosto de 1919, será contado, para os efeitos deste artigo, o tempo de serviço anteriormente prestado no exercício daquele cargo.

Art. 2.º Os professores que à data da publicação do presente decreto contem doze ou mais anos de serviço como reitores serão imediatamente substituídos neste cargo e devem desde já declinar as suas funções no director de classe mais antigo.

Art. 3.º Os reitores nomeados ou que o venham a ser em virtude da aplicação da citada lei n.º 861 enviarão à Direcção Geral do Ensino Secundário, dentro do prazo de noventa dias a contar da posse, um relatório circunstanciado não só das condições em que, sob todos os pontos de vista, encontraram o liceu, mas também das alterações ou inovações que no seu funcionamento convêm introduzir, abstraindo em absoluto, neste ponto, das leis e regulamentos em vigor.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 1 de Outubro de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Joaquim José de Oliveira.

MINISTÉRIO DO TRABALHO**Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios
e de Previdência Geral****10.ª Direcção de Serviços**

(Tutela da Assistência)

Portaria n.º 2012

Atendendo ao que representou o Hospital de Santo Agostinho, de Vila Nova de Ourém, pedindo autorização para contrair um empréstimo de 9.000\$, ao juro de 5,5

por cento, amortizável em dois anos, na Companhia Portuguesa de Crédito Predial, para adquirir o número de acções da nova emissão do Banco Ultramarino a que tem direito como accionista;

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Trabalho, conceder a autorização solicitada, nos termos e para os efeitos acima designados, devendo aquele empréstimo ser caucionado por inscrições de dívida pública que o mesmo hospital possui.

Paços do Governo da República, 8 de Outubro de 1919.—O Ministro do Trabalho, *José Domingues dos Santos*.